



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo : Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Controle social e sujeitos políticos.

AS PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE: REFLEXÃO SOBRE ATUAL CONJUNTURA

Maria Lúcia da Silva Souza¹
 Joyce Larisse Nascimento Sá²
 Fernanda Brito Carvalho³
 Nidian Karla Silva dos Reis⁴
 Vandeilson de Sousa Silva⁵
 Andreia Ribeiro Soares Silva⁶

Resumo: O presente artigo mostra discussão a respeito da importância das práticas democráticas do assistente social na atual conjuntura, analisando a política de saúde e sua relação com o Projeto Ético-Político. Assim, a reflexão é fruto do estudo realizado por meio do Componente Curricular Seminários Temáticos III do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Política de Saúde. Práticas Democráticas. Política de Saúde. Serviço Social.

Abstract: his article shows a discussion about the importance of the social worker's democratic practices in the current conjuncture, analyzing the health policy and its relationship with the ethical-political project. Thus, the reflection is the result of the study carried out through the Curricular component thematic seminars III of the Social Service course of the Faculty of Applied and Social sciences of Petrolina.

Keywords: Neoliberalism. Health policy. Democratic practices. Health policy. Social Services.

Introdução

A presente reflexão parte do estudo realizado durante o semestre 2019.1, referente ao componente curricular Seminários Temáticos III, do Curso de Serviço Social da instituição de ensino superior Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE). O Projeto Pedagógico do Curso propõe, por meio desse componente, ementas

¹ Professor com formação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina, E-mail: marsouza011@hotmail.com.

² Estudante de Graduação, Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina, E-mail: marsouza011@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação, Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina, E-mail: marsouza011@hotmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina, E-mail: marsouza011@hotmail.com.

⁵ Estudante de Graduação, Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina, E-mail: marsouza011@hotmail.com.

⁶ Estudante de Graduação, Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina, E-mail: marsouza011@hotmail.com.

em aberto para discutir sobre lacunas existentes durante o trajeto da formação. Dessa forma, com a intervenção da docente, foi sinalizada a importância do estudo sobre a política de saúde, por considerar um dos maiores campos de atuação do assistente social e por se configurar política de Seguridade Social.

A política de saúde, ao lado da previdência e assistência social, compõe o tripé da Seguridade Social, instituída pela Constituição Federal de 1988, sendo preponderante o assistente social entender as questões políticas e históricas, como também as transformações que vêm ocorrendo a partir dos anos 1990, implementado por uma política neoliberal, com a concepção de menor participação do Estado, sob o pretexto da focalização, desfinanciamento e privatização da coisa pública.

Tendo como método de análise o materialismo histórico dialético, o estudo tem como objetivo analisar a política de saúde e as práticas democráticas desenvolvidas pelo assistente social, estabelecendo a relação entre o Projeto Ético-Político e as normativas vigentes, entendendo inicialmente a atual conjuntura e os desafios para o exercício profissional em seguida o desvendar da prática profissional.

Atual conjuntura da política de saúde e os desafios para o exercício profissional do assistente social

No anos 1980, vivenciou-se período de redemocratização do país com grandes conquistas a partir da organização e implementação da Constituição Federal (CF/1988), a qual apresenta título específico sobre a Ordem Social e institucionalização do conceito Seguridade Social com ações no campo da saúde, previdência e assistência social, sendo que a saúde é consubstanciada enquanto universalidade, não condicionada mediante contribuição.

Sob patamar de estruturação tem-se o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Lei Orgânica da Saúde nº 8080/1990, organizada segundo Simões (2014) de forma:

Estruturada e regionalizada, que é sua adequação às diferenças regionais, em vez de efetivação linear e igualitária; pela hierarquização de suas diversas instâncias operacionais, estruturadas segundo o grau das respectivas responsabilidades, sob o comando único; e pela integração dessas instâncias em nível nacional, estadual e municipal. [...] e deve assegurar o atendimento integral, independentemente da doença, com realce nas medidas preventivas. (p.130-131)

O Sistema Único de Saúde é estruturado, de modo descentralizado com oferta dos serviços, sob as responsabilidades dos entes federativos, com medidas de prevenção, controle, fiscalização e enfrentamento das diversas situações consideradas enquanto princípios.

Para considerar o SUS como direito de todos, é necessário elencar os princípios que o norteiam, sendo um deles a participação de todos os segmentos da população, envolvendo trabalhadores, usuários, governo, prestadores de serviços, os quais são organizados por meio de conselhos, que têm como proposição a convocação para realização das conferências. As conferências são consideradas como espaço de deliberação, além de ser um canal definido para de ampliação da participação popular nas decisões públicas.

Na política de saúde, são diversos os espaços de atuação do assistente social, entretanto, inúmeros são os desafios que perpassam a operacionalização do SUS frente a uma política neoliberal que retira os direitos assegurados e ainda permite privilégios individualizados em detrimento dos interesses coletivos. É nesse cenário de disputas que se encontra o fazer profissional do assistente social. Para isso, é necessário pensar uma atuação crítica em plena sintonia com:

[...] movimento dos trabalhadores e de usuários que lutam pela real efetivação do SUS; conhecer as condições de vida e trabalho dos usuários, bem como os determinantes sociais que interferem no processo saúde-doença; facilitar o acesso de todo e qualquer usuário aos serviços de saúde da instituição e da rede de serviços e direitos sociais, bem como de forma compromissada e criativa não submeter à operacionalização de seu trabalho aos rearranjos propostos pelos governos que descaracterizam a proposta original do SUS de direito, ou seja, contido no projeto de Reforma Sanitária [...] (CFESS, 2010, p.30)

A intervenção profissional deverá propiciar um debate constante com todos os usuários e trabalhadores do SUS, de modo a permitir uma reflexão sobre os determinantes sociais que interferem diretamente no processo de saúde e doença, que afetam a todos os indivíduos, originado pela relação entre capital e trabalho, ampliando as inúmeras expressões da Questão Social.

Na atual conjuntura de cariz neoliberal, a qual tem colocado para a sociedade mudanças nas próprias legislações sociais, evidencia a precarização do SUS e abre, de forma escalar, espaço para saúde complementar, dentro de um viés mercadológico, ocasionada por um sistema perverso que oferta os serviços a quem dela contribuir, contrariando a universalidade impressa pela Constituição Federal de 1988.

Entender a dinâmica imposta pela sociedade do capital permite apreender a essência da atual conjuntura. Para isso, é necessário refletir sobre os aspectos teóricos que perfazem o fazer profissional, sobretudo não reproduzir práticas conservadoras, as quais não contextualizam o atual cenário e retiram os direitos assegurados.

A atuação do assistente social deverá estar em conformidade com a pauta de outros trabalhadores, que buscam por uma nova ordem societária, sendo esse um dos princípios do Código de Ética Profissional, ao lado de outros como “autonomia, articulação, compromisso, posicionamento a favor da equidade e da defesa intransigente dos direitos humanos” (CFESS,1993, p.23)

Nesse terreno de incertezas e possibilidades que atua o assistente social, é preciso uma formação que desvende a essência dos princípios colocados pelo SUS, relacionando com a dimensão teórico metodológica, ético-política e técnico operativa do Serviço Social, objetivando criar alternativas e acesso à população que depende da política de saúde pública.

Desvendando as práticas democráticas do assistente social na saúde

O debate sobre práticas democráticas na política de saúde perpassa inicialmente entender o processo histórico a partir do movimento de reforma sanitária. Atravessa os anos 1980, com a Constituição Federal que compreende a saúde como direito universal, colocando-a sob o controle social, realizado pelos respectivos conselhos seja de âmbito nacional, estadual e municipal.

Delinear sobre práticas democráticas no Serviço Social torna-se necessário, por meio de uma compreensão que rompe com os métodos conservadores, que abarcaram o próprio fazer profissional, não somente na área da saúde, como demais espaços ocupacionais do assistente social, para Vasconcelos (2008):

Romper com práticas conservadoras, não cabe reproduzir o processo de trabalho capitalista, alienante. [...] com as formas capitalistas de pensar e agir e empreender ações, que, além de possibilitar acesso aos bens e serviços, resulte num processo educativo; resulte num bem e não num produto a ser consumido. Uma ação consciente, que exige a capacidade de antecipar, de projetar; capacidade que não está dada, mas é algo a construir, a alcançar (p.242)

Nesse sentido, algumas questões são solicitadas ao assistente social, tais como: conhecimento prévio sobre a realidade e como ocorre as relações sociais no sistema neoliberal e quais as legislações que a fundamentam. A capacidade crítica e propositiva do

assistente social deverá romper os muros endógenos que aprisionam a profissão, de forma a prever e antecipar as situações, não sendo fadado ações pontuais, contudo dentro de um processo contínuo de formação.

O exercício profissional do assistente social tem como premissa um projeto ético que prima pela democracia e essa não é constituída por uma única categoria, pelo contrário, ela é consubstanciada na articulação com outros sujeitos, que examinam o projeto atual e vai de encontro ao que está colocado. Para isso, é necessária uma mobilização com os diversos setores das políticas sociais.

O processo de trabalho do Serviço Social deverá ser realizado de forma organizada e desenvolvida em quatro grandes eixos, segundo os Parâmetros de Atuação do Assistente Social na Saúde (2010) sendo estes: 1) atendimento direto aos usuários; 2) mobilização, participação e controle social; 3) investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e 4) formação profissional. Contudo, é importante considerar que esses não devem ser realizados de forma individualizada, posto que remetem à fragmentação, entretanto, buscará a totalidade, base de concepção da prática profissional.

Portanto, é indispensável uma atuação articulada para a realização dos eixos, num cenário político e econômico que desmobilize as ações, adequando aos interesses privatistas. Para isso, é premente uma formação que contemple a importância de uma análise sobre a política de saúde, locus de atuação profícua. Analisar sobre esse aspecto é ponderar a pesquisa realizada a qual demonstra, segundo Vasconcelos (2008) a existência de uma:

Desconexão, uma fratura entre a prática profissional realizada pelos assistentes sociais, os quais diretamente ou indiretamente, tomam como referência o projeto ético-político e as possibilidades de prática contida na realidade, objeto da ação profissional, as quais só podem ser apreendidas a partir de uma leitura crítica da realidade, fruto de uma conexão sistemática, ainda não existente, entre a prática profissional e o debate hegemônico da categoria. (p.245).

A ausência de uma sistemática a partir da formação não permite o correlacionamento entre teoria e prática, sendo que ambas devem ser consideradas de forma indissociáveis. Os dados apontados pela autora remetem a inexistência de espaço de reflexão, com o projeto aligeirado, seja no modo presencial ou a distância, que não contempla o diálogo permanente entre ensino, pesquisa e extensão.

Sair da aparência e adentrar os espaços de forma coletiva, democrática, evita cair nas ciladas colocadas pelo próprio sistema, que busca o efêmero a superficialidade das

ações. A força de trabalho do assistente social é o conhecimento, saber conduzir as informações ao usuário, primando pela sua autonomia, fortalecendo não apenas o acesso, como também permitirá ser autor das suas próprias decisões, dentro de um processo de consciência de classe em si e para si.

Na atual conjuntura de crise do capital com desdobramentos diretos na vida dos trabalhadores, torna-se necessário o debate sobre o controle social nas políticas públicas, sendo esse um desafio para as práticas do assistente social, sob duas vertentes: primeiro da sua participação direta nos conselhos; segundo, pela contribuição quanto do fomento à participação do usuário. Sucedendo essas duas situações, poderá ocorrer “[...] o controle social das classes subalternas sobre as ações do Estado e sobre o destino dos recursos públicos, [...] para que se criem resistência à redução das políticas sociais, à sua privatização e mercantilização (CORRÉIA,2008, p.117).

Resistir a esse cenário de redução nos gastos com a políticas sociais requer esforços a partir da coletividade, o que exige práticas democráticas no cotidiano profissional, com elaboração de estratégias que garantam a participação da sociedade. De acordo com Bravo e Matos (2008, p.213), “ O trabalho do assistente social na saúde deve ter como eixo central a busca criativa e incessante da incorporação do conhecimento e das novas requisições à profissão, articulados aos princípios dos projetos da reforma sanitária e ético-político do Serviço Social”.

A participação da comunidade no processo de construção/acompanhamento do SUS é fundamental e constitui-se princípio constitucional, o qual tem relação direta com a prática do assistente social, pautado nos princípios do Código de Ética Profissional. Romper as práticas alienantes produzidas e reproduzidas pelo capital permite desvendar o sistema capitalista, sobretudo na interlocução entre os demandatários das políticas sociais e os gestores estatais.

Considerações finais

O debate sobre práticas democráticas ainda é um percurso a ser seguido pelos profissionais em formação, tendo em vista ser um desafio constante no cotidiano. Para tanto, é necessário o embasamento das dimensões teórico metodológico, ético-político e técnico operativo, que permitirá compreender o significado social da profissão.

O Código de Ética Profissional faz referência a uma prática de democratização do acesso, o que torna necessário o fortalecimento dos mecanismos de participação dos

usuários. Para isso, é necessário o desvendamento da aparência, desmitificando a realidade, quando essa se coloca de forma desarticulada, isolada e fragmentada. Além disso, viabilizar a participação dos trabalhadores e aqueles que são mandatários da política de saúde, torna-se preponderante, pois é na luta coletiva que se enfrenta as adversidades impostas pelo sistema que oprime e retira os direitos sociais já conquistados.

Refletir sobre o atual sistema neoliberal, o qual tem intensificado os interesses privados em detrimento do interesse coletivo, quando congela os gastos sociais pelo período de 20 anos através da Emenda Constitucional 95/2016, vai de encontro aos preceitos institucionais, retira o papel do Estado com a oferta universal de um Sistema Único de Saúde, intensifica a privatização da coisa pública; terceirização dos serviços ofertados e fomenta de forma incessante o capital financeiro.

Nesse sentido, o papel da comunidade acadêmica do curso de Serviço Social da instituição de ensino superior Facape possui um grande desafio que é contribuir para uma consciência de classe no processo de formação do profissional. Pois o compromisso do assistente social, enquanto trabalhador, é resistir lado a lado com os demais trabalhadores na perspectiva da construção de uma sociedade emancipada.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm#adctart107>. Acesso em 25 de maio de 2019.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Lei Orgânica da Saúde**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, set. 1990.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016**. Altera o ato das disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 27 maio 2019.

BRAVO. Maria Inês Souza; MATOS. Maurilio Castro de. **Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o debate**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 4ª Edição, 2009. São Paulo: Cortez.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde.** Conjunto CFESS – CRESS. Brasília: CFESS, 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social:** Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10.ed. Brasília: CFESS, 2012.

CORRÉIA. Maria Valéria Costa. **Controle Social na Saúde.** Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 4ª Edição, 2009. São Paulo: Cortez.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 3).

VASCONCELOS. Ana Maria de. **Serviço Social e práticas democráticas na saúde.** Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 4ª Edição, 2009. São Paulo: Cortez.